



EDUCAÇÃO

Comissão aprova limite aos celulares

Proposta que proíbe uso de aparelho em ambiente escolar avança na Câmara dos Deputados. Ministro defende a iniciativa

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

O maior desafio dos profissionais da educação não é mais a conversa paralela ou as brincadeiras no meio da aula. Hoje, o celular é o maior adversário para o aprendizado de crianças e adolescentes. A proibição do uso de aparelhos em sala de aula é tema defendido pelo governo federal e ganhou um capítulo novo no Congresso Nacional.

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou, ontem, o Projeto de Lei 104/2015 que proíbe o uso de celulares em todo o ambiente escolar, inclusive, no intervalo, por alunos do ensino básico, fundamental e médio em todas as escolas públicas e privadas brasileiras. Relatado pelo deputado federal Diego Garcia (Republicanos-PR), o projeto segue para a Comissão de Constituição e Justiça da Casa e, caso aprovado, irá para o Senado.

Pela proposta, os celulares poderão ser usados apenas em atividades pedagógicas, com a autorização dos professores; ou em caso de estudantes que utilizam os aparelhos eletrônicos como um meio de acessibilidade, como para alunos com deficiência que usam tecnologias assistivas. De autoria do deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), o projeto de lei estava parado desde 2015 na Câmara. O relator da proposta, deputado Diego Garcia (Republicanos-PR), expressou preocupação com a saúde mental dos alunos que, segundo ele, pode ser melhorada com o uso moderado de aparelhos celulares.

“O tema do sofrimento psíquico e da saúde mental dos alunos da educação básica deve ser abordado periodicamente em reuniões com pais e familiares, apresentando a eles informações sobre os riscos, os sinais e a prevenção do sofrimento psíquico de crianças e adolescentes, incluindo o uso inoderado dos celulares e de acesso a conteúdos impróprios”, prevê Garcia no relatório. Em setembro, o governo federal também anunciou o desenvolvimento de um projeto de lei para proibir o uso de aparelhos eletrônicos dentro de sala de aula, com

Ed Alves/CB/DA.Press



Em escola de Brasília, estudantes deixam os celulares em um escaninho: excesso de eletrônicos afeta aprendizagem e saúde mental



Eu iria além, porque [os celulares] acabam com a socialização entre os alunos. Quando eu estava na escola, jogava bola e ia para a biblioteca. Precisamos dar limites. Ninguém conversa mais nem em restaurantes”

Camilo Santana,
ministro da Educação

o objetivo de melhorar o desempenho dos alunos brasileiros. No entanto, a matéria ainda não tem previsão para ser divulgada.

Longo caminho

Ao **Correio**, o deputado federal Rafael Brito (MDB-AL), presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação, argumentou que ainda existe um longo caminho para que o projeto seja implementado com a adaptação dos professores e alunos.

“Como toda legislação que tem por objetivo modificar uma prática que está enraizada em uma sociedade, acredito que a principal dificuldade será na mudança da cultura do uso dos aparelhos. Mas acredito que a comunidade escolar contará com o apoio das famílias e que toda a sociedade trabalhará em conjunto para garantir que as tecnologias sejam utilizadas de forma positiva, para fins pedagógicos e quando necessária, bem como reduzindo os danos que o excesso de telas tem provocado

para os nossos jovens”, diz Brito.

Durante reunião ministerial do G20 em Fortaleza, ontem, o ministro da Educação, Camilo Santana, afirmou que “é preciso dar limites” para crianças e adolescentes no uso de celulares. “Nós estamos com a ideia de aproveitar já o projeto de lei (PL) que está sendo discutido na Câmara, para regular e proibir o uso do aparelho celular individual dentro da sala de aula. Nas [reuniões] bilaterais com vários ministros, ontem e hoje, [falamos que] muitos países estão regulamentando o uso desse equipamento nas escolas. O Brasil tem algumas leis municipais e estaduais já implementadas, mas a ideia é ter um projeto nacional”, disse o titular do MEC.

De acordo com o ministro, o objetivo é permitir que o uso de celulares se restrinja apenas para fins pedagógicos ou em casos excepcionais (como para alunos com deficiência que usam tecnologia assistiva).

Santana disse ainda que, pessoalmente, concorda em proibir

o uso de aparelhos eletrônicos. “Eu iria além, porque [os celulares] acabam com a socialização entre os alunos. Quando eu estava na escola, jogava bola e ia para a biblioteca. Precisamos dar limites”, disse. “Ninguém conversa mais nem em restaurantes”, completou Santana.

Atualmente, algumas cidades brasileiras já implantaram a medida, como a cidade do Rio de Janeiro que, desde o início do ano, não permite o uso de celulares em escolas municipais. Em entrevista à Super Rádio Tupi, do Rio de Janeiro, na terça-feira, o secretário municipal de Educação do RJ, Renan Ferreirinha, divulgou uma pesquisa inédita da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, em que, em escolas onde o uso é proibido, os alunos apresentam melhores desempenhos em matemática e português.

“Um aluno do nono ano, por exemplo, tem 53% mais chances de estar no nível adequado em matemática”, expõe Ferreirinha. “Não faz nenhum sentido que, enquanto o professor está

explicando, o aluno esteja jogando. Toda vez que o aluno recebe uma notificação (do celular), é como se ele sáísse da sala de aula”, comentou.

Isolamento

O neurocientista e autor do livro *Existo, logo penso*, Roberto Lent explica que o uso excessivo de celulares causa prejuízo no foco atencional de todas as pessoas, especialmente das crianças. “A capacidade de foco e de atenção é uma função cerebral que fica situada na região pré-frontal do cérebro, na altura da testa de todo mundo. O uso excessivo de aparelhos eletrônicos causa um prejuízo sério para a capacidade de concentração das pessoas”, explica.

O diretor e pedagogo de uma escola particular no Distrito Federal Marcelo Tavares conta que as organizações dos ciclos sociais dentro das escolas estão mudando devido ao uso excessivo de celulares por crianças e adolescentes, além dos prejuízos educacionais.

“Conseguimos diferenciar em três tipos de crianças com seus celulares. O primeiro é o padrão, em que as crianças interagem, mas o fator de interação entre elas é a tela do celular. Elas gravam as danças do TikTok, comentam nas publicações dos amigos”, argumenta. “O segundo tipo é muito mais preocupante, porque a criança usa as telas, mas se isola dos outros alunos. É aquela criança que está muito bem no seu joguinho, no Instagram, ela sai para o intervalo e fica sozinha mexendo no celular”, aponta o diretor.

“O último é o mais grave. É quando esse isolamento se torna uma fuga para criança que se sente excluída dos grupos na escola, mas não é um isolamento em que ela está construindo cenários dos quais ela se diverte e interage, ela está nesse isolamento porque aquilo ali é uma fuga da realidade”, explica.

*Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

TRIBUNAL DO JÚRI

Testemunhas pedem justiça no caso Marielle Franco

“Chegaram a dizer: ‘Foi pouco. Podia ter sido queimada.’” Com a voz embargada, a mãe da ex-vereadora Marielle Franco, Marinete Silva, lembrou em depoimento o assassinato da filha e do motorista Anderson Gomes, em 2018, ao jurados do 4º Tribunal do Júri do Rio de Janeiro. Seis anos e sete meses após a morte da parlamentar, Marinete foi uma das sete testemunhas de acusação ouvidas ontem no julgamento dos ex-policiais militares Ronnie Lessa e Élcio Queiroz, acusados de serem os autores do crime.

Marinete chorou ao ouvir áudios enviados por Marielle antes do crime e pediu justiça. “Não estou para falar da minha filha como parlamentar. Estou como mãe. Aquilo foi uma barbárie. Nenhuma mãe merece

perder a filha desse jeito. Queiroz pedir justiça por Marielle e Anderson”, disse.

Ronnie Lessa e Élcio Queiroz acompanharam os depoimentos por videoconferência diretamente das unidades onde estão presos. Lessa está na Penitenciária de Tremembé (SP). Já Élcio está na penitenciária da Papuda, em Brasília. Eles começaram a depor na noite de ontem.

A assessora parlamentar Fernanda Chaves também falou ao júri. Uma das principais testemunhas do caso, ela sobreviveu ao ataque que vitimou a ex-vereadora Marielle Franco e Anderson Gomes. Estava no carro ao lado de Marielle quando voltavam para o bairro da Tijuca, Zona Norte do Rio, depois de participarem de uma reunião com mulheres

Reprodução



Minha filha de seis anos me perguntou o que era assassinato. Ela não entendia por que a gente precisava fugir. Deixamos tudo para trás. Até hoje isso tem impacto sobre nossas vidas”

Fernanda Chaves, sobrevivente do atentado contra Marielle Franco e Anderson Gomes

negras na Lapa, no centro.

A ex-assessora de Marielle lembrou o dia do crime e contou que precisou alterar sua rotina e mudar de cidade. Ela também mencionou a apreensão de toda a família após a execução

da vereadora, de quem era amiga há 15 anos.

“Eu ouvi uma rajada em nossa direção. O Anderson esboçou dor, falou ‘ai’, mas foi um suspiro. Eu lembro que o carro estava andando, mas lembro dos braços

dele caindo. Marielle estava imóvel e o corpo dela caiu em cima de mim”, narrou.

Ela contou ainda que precisou sair imediatamente da casa onde vivia, na Tijuca, Zona Norte do Rio, para se proteger em

outro país. Fernanda contou que foi questionada pela filha porque precisavam buscar proteção e “o que era assassinato”.

“Minha filha de seis anos me perguntou o que era assassinato. Ela não entendia por que a gente precisava fugir. Deixamos tudo para trás. Até hoje isso tem impacto sobre nossas vidas”, contou.

A viúva de Marielle, Mônica Benício, também foi ouvida. Em vários momentos, ela não conteve o choro. Afirmou que a única justiça seria ter “Marielle e Anderson vivos”.

A advogada Ágatha Arnaus, viúva do motorista Anderson Gomes, também falou. “Eu nunca tinha feito nada sem o Anderson”, contou. A viúva disse que precisou cuidar do filho, Arthur, sozinho e falou sobre as dificuldades da criação do filho autista sem a presença do pai. “Eu espero que as pessoas que me tiraram o Anderson, que tiraram o pai do Arthur, que paguem pelo que fizeram”, disse.